

LUSA:

Lisboa, 09 abr 2020 (Lusa) – A Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas (ANEME) considerou hoje que o Governo deve dar “uma ajuda real” e que se impõe a adoção de um modelo de apoio “operacional, eficiente e eficaz”.

Num comunicado enviado às redações, a ANEME defendeu que “princípio é o de que as empresas devem esperar do Estado e da sua máquina administrativa uma ajuda real e não apenas a boa vontade de simplesmente estabelecer um adiamento do pagamento das contribuições e impostos”, face aos efeitos da pandemia de covid-19.

Aquela associação disse ainda que a burocracia necessária “para concretizar os eventuais apoios apenas anunciados” vai fazer com eles sirvam apenas para pagar “os funerais das empresas”.

Assim, a ANEME apresentou ao executivo cinco propostas para agilizar um “verdadeiro auxílio estatal” às empresas.

A representante das metalúrgicas e eletromecânicas propõe, então, que o pedido de apoio seja apresentado a um banco portador da garantia de Estado e que o valor do 'plafond' de crédito a disponibilizar, em tranches, ao longo de seis meses, seja limitado a 50% do valor da faturação no exercício de 2019 (prova a fazer mediante apresentação da declaração de IRC).

Quanto ao período mínimo de amortização dos créditos, a ANEME sugere que este seja fixado pelo tempo que decorrer entre a sua disponibilização e a data oficial de extinção da pandemia, sendo que esta data deverá fixar o termo da mora para amortização dos créditos.

Os juros e outros encargos bancários relativos aos créditos, deverão, no entender da associação, ser pagos pelo Estado.

“Em termos práticos, estas condições são as únicas que permitirão às empresas assumir a garantia de manutenção dos postos de trabalho e isso significa que os custos reais para o Estado serão muito menores do que o risco de ter de pagar os subsídios de desemprego que resultariam da extinção das empresas”, refere a ANEME.

A associação relembra que o setor metalúrgico e eletromecânico representa 22.000 empresas e 230.000 trabalhadores, sendo responsável por mais de 30% das exportações nacionais.

“O impacto esperado da atual situação de nacional e internacional é preocupante pois o setor detém fortes relações multissetoriais a montante e a jusante com todos os outros setores industriais”, alerta.

Além da quebra do mercado externo – que representa em média 50% de faturação do setor – as empresas são ainda afetadas diretamente pela quebra de produção de todos os outros setores de atividade.

Num inquérito realizado às suas associadas, a ANEME concluiu que mais de 80% das empresas indicam que o impacto esperado, dada a situação de pandemia, será “forte ou muito forte”, em termos de redução de

abastecimentos e redução de procura, prevendo-se uma redução média da faturação de cerca de 50%, este mês.

A ANEME destaca, ainda, que cerca de 10% das empresas já suspenderam totalmente a sua produção e cerca de 50% já o fizeram de forma parcial.

O novo coronavírus, responsável pela pandemia da covid-19, já infetou mais de 1,5 milhões de pessoas em todo o mundo, das quais morreram quase 89 mil.

Dos casos de infeção, mais de 312 mil são considerados curados.

Em Portugal, segundo o balanço feito hoje pela Direção-Geral da Saúde, registaram-se 409 mortes, mais 29 do que na véspera (+7,6%), e 13.956 casos de infeções confirmadas, o que representa um aumento de 815 em relação a quarta-feira (+6,2%).

Dos infetados, 1.173 estão internados, 241 dos quais em unidades de cuidados intensivos, e há 205 doentes que já recuperaram.

Portugal, onde os primeiros casos confirmados foram registados no dia 02 de março, encontra-se em estado de emergência desde as 00:00 de 19 de março e até ao final do dia 17 de abril, depois do prolongamento aprovado no dia 02 de abril na Assembleia da República.

Além disso, o Governo declarou no dia 17 de março o estado de calamidade pública para o concelho de Ovar.